

ATA DA 407ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2014/2016

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano dois mil e quinze, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Defensor Público-Geral do Estado, Rafael Valle Vernaschi. Presentes os/as Conselheiros/as: Bruno Diaz Napolitano, Luís Gustavo Fontanetti Alves da Silva, Alexandre Orsi Netto, Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa, Bruno Ricardo Miragaia Souza, Horácio Xavier Franco Neto, Luiz Eduardo de Toledo Coelho, Pedro Antônio de Avellar, Wagner Ribeiro de Oliveira, Alderon Pereira da Costa, Representando a Corregedoria-Geral, Carolina de Melo Teubl Gagliato e Representando a Apadep, Paulo Sérgio Guardia Filho. Ausente justificadamente o Conselheiro e Rafael Bessa Yamamura. O Presidente iniciou a sessão às 09h52min, comunicando a finalização da obra no prédio da Rua Boa Vista, 200, onde foi feita toda reestruturação da rede elétrica, considerou um grande avanço, e será instalado o Data Center da Defensoria, e gradativamente substituir os serviços que hoje são prestados pela Prodesp e assim a Defensoria terá mais autonomia, flexibilidade e segurança na gestão de dados, pois passará a ter o seu próprio arquivo das suas informações. Informou que o Data Center já opera parcialmente nos sistemas da Coordenadoria de Tecnologia da Informação e dos outros órgãos que ocupam o prédio, e com isso se buscará a expansão para toda a Defensoria Pública. Anunciou que nesta semana houve a publicação do provimento pelo Tribunal de Justiça, o colocando em funcionamento as audiências de custódias, mas que ainda existem muitos aspectos relativos ao procedimento e a parte operacional que não foram definidos, mas relatou que um novo provimento com maior detalhamento deverá ser publicado brevemente. Comunicou que esteve em reunião nesta semana, com o Secretário de Justiça, Aloísio de Toledo, junto com a Segunda Subdefensoria, e que também está mantendo contato com a Assessoria do Governador do Estado, e que ainda na tarde de hoje irá se reunir com o Secretário de Segurança Pública, Dr. Alexandre de Moraes para últimos acertos antes da assinatura do termo previsto para o dia 06/02. Acrescentou que o provimento foi planejado pelo Conselho Nacional de Justiça e é semelhante ao projeto que tramita no Congresso Nacional, com poucas diferenças como a realização de audiências aos finais de semana, que inicialmente não irá ocorrer. Informou que a Corregedoria já passou informações mais detalhadas de como será o funcionamento no Fórum, e amanhã acontecerá uma reunião com os Defensores do Departamento de Inquiridos Policiais, Segunda Subdefensoria e a Assessoria Criminal na Regional Barra Funda, de modo a ser definido as questões operacionais e o horário de funcionamento. Após, passou-se as comunicações da Secretaria, que justificou a ausência do Conselheiro Rafael Bessa em razão de férias. Em seguida, passou-se ao momento aberto. O Presidente franqueou a palavra à representante da Comunidade Brasil, Annabella Andrade, ela agradeceu a participação da Defensoria no evento realizado por eles, “Vem ver o Parque Minhocão”, no dia 25/01, que contou com a presença de dois Defensores e quinze mil pessoas. Relatou que esteve no Prédio do Atendimento e que não havia água para beber. Solicitou informações a respeito do serviço prestado pela Call Contact Center, empresa que realiza o teleatendimento da Capital, relatou que o sistema está sempre indisponível para a Defensoria, mas que funciona para o Banco Itaú. Relatou que, pela manhã, realizou um teste na empresa, simulando que não conseguiu ligar e que foi indicada a comparecer na Defensoria Pública, e que havia quatro pessoas ociosas no local. Sugeriu que no teleatendimento, fosse incluída, no caso de separação, a opção da violência doméstica, se for caso. Falou que a relação da Defensoria Pública com os movimentos sociais já está desgastada, e que a falta de informações desgasta ainda mais. Solicitou uma Audiência com a Ouvidoria para melhorar o atendimento. Relatou um problema com o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp), que determinou a liberação do Parque Augusta para a construção de duas torres e que há alguma irregularidade nisso, porque a Presidente do Conpresp é arquiteta e já prestou serviço para a Setin, afirmou que há algo obscuro nessa construção. Não havendo mais inscritos, o Presidente prestou os seguintes esclarecimentos. Explicou que as sugestões foram anotadas para que a Defensoria aperfeiçoe o atendimento, que é um trabalho contínuo e permanente, e que a Defensoria tem obtido grande êxito nessa atividade apesar de todas as dificuldades, se tornando um modelo para

as demais Defensorias Públicas. Relatou que nessa semana, tiveram a visita da Defensoria Pública-Geral do Estado do Paraná, que pretende implantar o mesmo modelo juntamente com a mesma empresa. Ponderou que há questões sendo enfrentadas e o atendimento precisa ser aperfeiçoado de forma paulatina. Com relação a questão trazida sobre o Parque Augusta, informou que o caso será levado ao órgão competente que é o Núcleo de Habitação, para que essa questão tenha o devido encaminhamento. Por fim, esclareceu que a questão do desgaste das relações com movimentos sociais é um processo natural, que é proveitosa em alguns momentos, mas diante das dificuldades enfrentadas pela Defensoria Pública exerce que é ligada a todo tipo de demanda, movimentos sociais e temáticas, a Defensoria tem tido diversos elogios e feedback's, seja da própria Ouvidoria ou de movimentos sociais, e destacou que a Defensoria está sempre aberta para dialogar e aperfeiçoar cada vez mais esse relacionamento. Não havendo mais inscritos, o Presidente abriu a palavra aos Conselheiros sobre assuntos diversos. O Segundo Subdefensor, Bruno Napolitano, relatou que no decorrer desta semana, tomou conhecimento de duas acusações feitas contra dois Defensores Públicos que geraram a instalação de inquérito policial e informou que as Segunda e Terceira Subdefensorias acompanham os casos, onde articularam uma atuação em conjunta com os Defensores envolvidos. Relatou que essas acusações decorreram das atividades funcionais de Defensor Público, sendo uma, resultado da visita de um Defensor a uma penitenciária e a outra de uma visita a uma entidade de acolhimento de crianças e adolescentes, e que mesmo após a intervenção da Defensoria Pública infelizmente resultou na instalação do inquérito policial. Comunicou que após a atuação das Subdefensorias e da Assessoria Criminal os inquéritos foram arquivados. Mostrou a importância da atuação em conjunto a fim de demonstrar que as prerrogativas dos Defensores são intransigíveis e que qualquer retaliação não inibirá o cumprimento das atribuições dos Defensores. Comunicou também que os pedidos recebidos pelas Subdefensorias de eventos aos finais de semanas, que são frequentemente solicitados por órgãos públicos e pela sociedade civil, foi uniformizado, com algumas orientações que serão repassadas com antecedência às entidades que solicitarem a participação, com o intuito de demonstrar que é necessária uma estrutura mínima para qualificar o atendimento, já que por vezes é muito relevante ter um computador, impressoras entre outros equipamentos. Além disso, a uniformização buscou também garantir que essa chegada seja mais qualificada na medida que os Defensores passarão a contar com material informativo e banners. Por fim, sobre a Call Contact Center, relatou que eles estão agendando seiscentas pessoas ao dia, no Prédio do Atendimento. Considerou que os atendimentos estão sendo aperfeiçoados e a capacidade de atendimento aumentou de forma paulatina, mas o contrato está sendo avaliado e com algumas mudanças poderão ser necessárias para solucionar de forma definitiva. O Ouvidor-Geral, Alderon Costa relatou problemas no Centro de Detenção Provisória em Guarulhos, e faltou que durante cinco dias, as mães dos presos fizeram reclamações na Secretaria de Direitos Humanos e na Ouvidoria. Afirmou que possui uma reunião agendada em frente à penitenciária com as mães que fazem as visitas nos finais de semana. Relatou que o sistema carcerário já está no limite do emocional, e que se faltar água, não sabe o que pode acontecer. Informou que no Centro de Detenção Provisória Pinheiros II, um funcionário foi esfaqueado por um preso que surtou ao saber que não iria mais sair da cadeia, e isso gerou um uma sanção coletiva onde todos os presos ficaram trancados sem direito a visitas. Informou que conversou com alguns presos que relataram que a situação estava no limite, e que haviam conversado também com o Diretor, que já liberou o banho de sol, mas que a visita infelizmente não poderia liberar, tendo em vista a relação com os funcionários. Convidou a todos para participarem na próxima quinta feira do Encontro de lançamento da pesquisa Julgando a Tortura: Análise das Jurisprudências dos Tribunais de Justiça do Brasil dos anos de 2005 – 2010, informando que, logo após, acontecerá um ciclo de debates sobre “O Estado da Dor – A realidade da tortura no Brasil”, onde participarão os Defensores Rafael Lessa, Coordenador do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos e o Defensor Bruno Shimizu, Coordenador do Núcleo de Situação Carcerária da Defensoria Pública, que ocorrerá no auditório da sede da Defensoria Pública. Agradeceu a Annabella Andrade, ressaltando a importância da participação da sociedade civil no momento aberto e a parabenizou pelo evento realizado que foi muito criativo com muitas atividades, onde relatou ter participado e que conversou com muitas pessoas. A respeito do teleagendamento, informou que realizará a reunião do Conselho Consultivo

da Ouvidoria em conjunto com a Segunda Subdefensoria e a Assessoria da Qualidade do Atendimento com o intuito de aperfeiçoar e a abrir outras portas de entrada da Defensoria na Capital. Comunicou que visitou a Unidade São José dos Campos, agradecendo a receptividade, e falou sobre a implementação do Atendimento Humanitário e Especializado, onde passarão a atender em menos etapas tornando o atendimento mais rápido. Visitou também, o local onde estão atuando os Defensores de Jacareí, e relatou que o espaço é precário e pequeno, solicitando a agilidade na inauguração da Unidade. O representante da Apadep, Paulo Sérgio ele comunicou que estaria na pauta da reunião da Assembleia Geral Extraordinária, as adaptações da Lei Complementar 80/94 em razão da Emenda Constitucional 80, e convidou todos os Conselheiros para participarem. Lembrou que na próxima, sexta feira será realizado o seminário da Escola Nacional de Defensores Públicos. Relatou que durante a semana a Apadep, visitou o interior do Estado na Unidade de Franca e de Ribeirão Preto, junto com Diretores de Articulação e de Assuntos do Interior, onde discutiram sobre as estruturas das Unidades e sobre o lazer dos Defensores Públicos. Os Defensores relataram problemas de estruturação de Unidade, falta de estagiários e Oficiais de Defensoria, e um grande volume de atribuições. Questionou o convênio em Franca na área da família, se seria renovado. O Conselheiro Horácio Xavier, que comunicou que recentemente a Regional Mogi das Cruzes perdeu alguns estagiários de Direito para a Procuradoria do Estado por ter o valor da Bolsa Auxílio maior. Afirmou que a bolsa auxílio da Defensoria está defasada e que o processo que trata do assunto que está em tramite no Conselho Superior. Solicitou uma atenção maior, pois os estagiários exercem uma função fundamental no atendimento. Mostrou preocupação com as audiências de custódias, pois só haverá um defensor disponível para a audiência de custódia e que tornaria o trabalho extremamente desgastante. Relatou a preocupação com os gastos com as nomeações de advogados, nos locais não alcançados pela Defensoria Pública e sugeriu que seja feita a elaboração de um modelo de nomeação de advogados, como no Juizado Especial Criminal, com apenas um plantonista para atuar em todas as audiências de custódia do dia, assim seria mais econômico. O Conselheiro Luiz Eduardo questionou quando será apresentado o plano de distribuição de cargos da Defensoria pela Administração e quais as atribuições que ainda não foram definidas. O Conselheiro Augusto Guilherme que agradeceu a presença do Ouvidor-Geral na Regional São José dos Campos e na Unidade Jacareí, e falou que o espaço é realmente inadequado e que apesar disso, os Defensores desempenham um ótimo trabalho. Relatou que a expectativa da entrega do novo local é grande e que há um espaço reservado para a educação em Direitos e palestras com projetor, cadeiras entre outros. Falou da importância da presença do Ouvidor-Geral na Unidade e o convidou a voltar para conhecer a unidade quando for entregue. Questionou se já houve alguma definição por parte do Tribunal de Justiça a respeito das Audiências de Custódias no interior. O Conselheiro Pedro Avellar elogiou a atuação do Defensor Público Diogo Perino pelos sucessos no Tribunal do Júri de Araçatuba. Criticou que o relatório de atividades de especial dificuldade, apresentado pelas Subdefensorias referentes aos processos de promoção se limitariam até o período de maio de 2014. Após as manifestações dos Conselheiros, o Presidente fez os seguintes esclarecimentos. Quanto a visita a Unidade Ribeirão Preto, relatou que a Defensoria Pública-Geral tem acompanhado e inclusive conversado com os Defensores juntamente com os Conselheiros Rafael Bessa e Wagner Ribeiro. Respondeu que a Terceira Subdefensoria também visitou a Unidade e tiveram um contato muito profícuo com importantes avanços nas áreas cível, família e fazenda. Solicitou que a Apadep encaminhe os pleitos por escrito para que possam trabalhar conjuntamente para uma melhoria, pois não se sabe se esses pleitos já estão sendo atendidos pela Terceira Subdefensoria. Informou que sobre o pleito SP-Prev, o Assessor Jurídico Pedro Peres está atuando diretamente na questão e ligou pessoalmente para a Representante da Apadep, Franciane Marques, a pedido dela, para tratar desse assunto. Sobre o curso de audiência de custódia, informou que só ocorrerá na parte da manhã, a fim de que se tenha um espaço aberto para garantir a presença dos Defensores Públicos, e que no início fosse para os Defensores que atuam no Departamento de Inquéritos Policiais, mas que futuramente todos os membros da carreira sejam contemplados, no prazo de quatro a cinco meses, mas que por hora não há nenhum cronograma e nem há previsão de expansão para a região metropolitana e interior. Sobre a questão dos estagiários de direito, explicou que há uma grande preocupação da Defensoria, e que o processo que trata do concurso, é de relatoria do Conselheiro Wagner, e já está com o voto e foi

enviado à Coordenadoria Geral de Administração, para um estudo de impacto de um possível aumento na bolsa auxílio, e considerou que o valor não está defasado em relação às outras instituições, sendo maior do que o Ministério Público e da Magistratura, ficando atrás somente da Procuradoria. O Terceiro Subdefensor esclareceu que, sobre os projetos de reformulação do atendimento ao público na Unidade São José dos Campos, o Coordenador-Auxiliar da Unidade ficaram de elaborar um projeto do atendimento inicial e que na próxima sexta ele apresentará o projeto, com o objetivo de simplificar e agilizar o atendimento. Falou que está em contato permanente com os Defensores da Unidade de Jacareí, e que o andamento da estruturação do prédio alugado já tem um cronograma definido para a instalação da rede local, junco com a Coordenadoria Geral de Administração e a Coordenadoria de Tecnologia da Informação, e a empresa contratada iniciará as obras na próxima semana. E no prédio novo, já foi instalada uma rede provisória tornando possível o trabalho dos Defensores, e quanto aos servidores e estagiários, estão estudando uma forma de ampliação para que eles possam iniciar os trabalhos. Não havendo mais manifestações, passou-se a ordem do dia. O Presidente encaminhou propostas de exceção e inversão da ordem do dia, sendo aprovada da seguinte forma: CSDP nº 327/14. Interessada: APADEP. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12, (que trata da possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselheiro Horácio Xavier leu o relatório e proferiu o voto vista no sentido de deferir a proposta, reconhecendo-se a natureza indenizatória em caso de negativa de compensação da substituição. O Presidente abriu a palavra para manifestações dos Conselheiros. O Terceiro Subdefensor falou que ao longo do voto foram feitas algumas comparações entre elas, a licença-prêmio e que não resta dúvida de que existe uma lei concedendo o benefício, e isto consta também no voto do Conselheiro Rafael Bessa, e considerou que existe a indenização pela compensação e aí volta ao ponto em que o Supremo Tribunal Federal não considera de caráter indenizatório, pois o Estado pode permitir o gozo das férias num período futuro. Falou que o reconhecimento de natureza indenizatória de gratificação já foi assunto de outros processos CSDP e que em um deles, reconheceram que falta uma lei reconhecendo a natureza indenizatória e a partir daí surgiu a Deliberação CSDP 289. O Conselheiro Wagner Ribeiro falou que concorda com o Conselheiro Luís Fontanetti no sentido de que esse processo não pode ser comparado ao processo de cotas raciais, pois não envolvia nenhuma questão remuneratória e que este processo trata disso. Explicou que a resolução da Magistratura citada no voto permite que os juízes compensem pelo exercício da função e não da possibilidade de indenização. Explicou ainda que teria natureza indenizatória somente na impossibilidade do Defensor gozar futuramente. O Conselheiro Horácio Xavier falou que no seu entendimento, a partir do momento que o Defensor é impedido de gozar a compensação, a atividade ganha natureza indenizatória pois está causando uma lesão. O Conselheiro Luiz Eduardo falou que entende que toda atividade extraordinária deverá ser indenizada e que possui diversas certidões mas não consegue compensar, pois ultrapassa o limite estabelecido e que os valores devidos são cortados pelo teto constitucional, causando uma lesão. O Conselheiro Bruno Miragaia explicou que está ocorrendo a banalização no uso da simetria, e que os argumentos no seu voto do processo de cotas raciais, não se compara com o caso em questão. Falou que se não solucionarem o problema causados pelas substituições, vai ocorrer a queda da qualidade da prestação do serviço dos Defensores. Acrescentou que é possível ser verba indenizatória, mas que não vê alternativa de vencer o dispositivo da Constituição Federal que veda o pagamento da verba de natureza indenizatória sem uma lei. A Representante da Corregedoria-Geral, Carolina Gagliato explicou que o voto da relatora mostrou preocupação com as auditorias do Tribunal de Contas e que é necessário tomar cuidado com as decisões que são tomadas para preservar a instituição. O Conselheiro Pedro Avellar solicitou registrar em ata seu voto antecipado, acompanhando o voto vista do Conselheiro Horácio Xavier. O Terceiro Subdefensor pediu vista dos autos. Vista concedida ao Conselheiro Luís Gustavo Fontanetti Alves da Silva. CSDP nº 254/13. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de distribuição de cargos da carreira do quadro de apoio da Defensoria Pública, criados pela Lei Complementar Estadual nº 1.203/13. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. A Representante da Corregedoria-Geral, Carolina Gagliato leu o relatório e proferiu o voto da relatora no sentido de retificar a quantidade de Oficiais de Defensoria na Regional/Unidade de Osasco e


Diadema em razão de erro material. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, retificar a quantidade de Oficiais de Defensoria na Regional/Unidade de Osasco e Diadema em razão de erro material. CSDP nº 253/14. Interessada: Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Correição Extraordinária, após deliberação do Conselho Superior. Relator: Conselheiro Pedro Antônio de Avellar. O relator leu relatório e proferiu o voto no sentido de arquivar os autos. Acrescentou que o Defensor em questão havia sido absolvido no PAD, por isso votou pelo arquivamento dos autos. Após discussões, a Representante da Corregedoria-Geral solicitou vista dos autos para apresentar informações atualizadas sobre o caso em questão. Vista concedida à Corregedoria-Geral da Defensoria Pública. CGDP CAEP nº 010/13. Interessado/a: Andrea de Almeida Brunhari. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O relator leu relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o 2º relatório e a continuidade do estágio probatório. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o 2º relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 105/13. Interessado/a: Vanessa Chalegre de Andrade França. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O relator leu relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o 2º relatório e a continuidade do estágio probatório. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o 2º relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 031/13. Interessado/a: Debora Cristina Pezzuto. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Pedro Antônio de Avellar. O relator leu relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 001/13. Interessado/a: Adriana Goulart Penteado Kalil Issa. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Pedro Antônio de Avellar. O relator leu relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o 2º relatório e a continuidade do estágio probatório. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o 2º relatório e a continuidade do estágio probatório. Consigna-se que a Sessão terminou às 13h48min, sendo prorrogados os demais processos da ordem do dia. CSDP nº 112/13. Interessado: Fabiano Brandão Majorana. Assunto: Proposta de deliberação que regulamenta o limite de afastamento em funções e cargos de confiança. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/13. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de deliberação, que cria a função de Coordenador (a) de Habitação, Urbanismo e Questões Agrárias e fixa suas rotinas administrativas. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 003/14. Interessado: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação que regulamenta o artigo 151 da Lei Complementar nº 988/06. (que trata do afastamento de Defensores Públicos para frequentar curso de pós-graduação ou empreender pesquisa, bem como estabelece a política de retribuição institucional pelo investimento). Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 118/14. Interessada: Cristina Emy Yokaichiya. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 206/11 (que regulamenta o concurso de remoção a pedido no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 185/14. Interessada: Corregedoria Geral. Assunto: Proposta de Deliberação para regulamentação da nova sistemática de arquivamento das sindicâncias realizadas pela Corregedoria-Geral da Defensoria

Pública do Estado. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 221/14. Interessados: Lucas Pampana Basoli, Bruno Bortolucci Baghim e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a aplicação do artigo 37, inciso XI da Constituição Federal no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Luís Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 224/14. Interessada: Comissão Eleitoral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 242/12 (que disciplina o processo de eleição do Defensor Público-Geral e dos membros do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Pedro Antônio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 231/14. Interessada: Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 102/08 (que regulamenta a realização de atividade docente e discente por Defensor Público durante a jornada de trabalho). Relator: Conselheiro Luís Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 233/14. Interessados: Defensores Públicos da Regional de São José dos Campos. Assunto: Proposta de edição de deliberação normativa visando regulamentar a atuação institucional na seara criminal. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 251/14. Interessado: Vinicius da Paz Leite. Assunto: Proposta de deliberação para disciplinar o estágio e o serviço voluntário no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 269/14. Interessada: APADEP. Assunto: Pedido de afastamento de Defensores Públicos para atividade associativa. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 275/14. Interessados: Alexandre Orsi Netto, Luiz Eduardo de Toledo Coelho e Horácio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentação da organização da prática social no âmbito interno da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 295/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de criação da função de Coordenador Regional da Infância e Juventude e a fixação de suas atribuições administrativas. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 313/14. Interessado: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação para instituir o sistema de registro e gestão dos procedimentos administrativos de tutela coletiva. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 314/14. Interessado: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentar o julgamento virtual de processos administrativos no âmbito do Conselho Superior da Defensoria Pública. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 331/14. Interessados: Centro de Atendimento Multidisciplinar da Unidade Vila Mimosa e a Associação de Promotoras Legais Populares Cida da Terra. Assunto: Proposta de deliberação que visa a transmissão por sistema de videoconferência para todas as Unidades da Defensoria Pública no momento aberto das sessões do Conselho. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 336/14. Interessado: APADEP. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a concessão de ajuda de custo para moradia aos membros da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 338/14. Interessados: Defensores Públicos da Regional Marília. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a indenização de férias dos

membros da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Luís Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 346/14. Interessado: Bruno Haddad Galvão. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 165/10 (que disciplina a concessão do auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/14. Interessada: Claudete Aparecida Marques de Carvalho. Assunto: Pedido de afastamento para tratar de interesses particulares pelo período de dois anos. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 357/14. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de regulamentação da política institucional de atribuição e avaliação da gratificação "pro labore". Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 101/15. Interessada: Elizabete Saiki. Assunto: Pedido de afastamento parcial para cursar disciplinas de mestrado, no período de 23 de fevereiro a 27 de junho de 2015. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 172/15. Interessada: Leonice Fazola de Quadros. Assunto: Pedido de afastamento parcial para cursar disciplinas de mestrado, no período de fevereiro a junho de 2015. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 095/13. Interessado/a: Renato Campolino Borges. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 059/13. Interessado/a: Julia Aparecida Romão Silva. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 094/13. Interessado/a: Renata Scandiuzzi da Silveira. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 020/13. Interessado/a: Celso Leo Yamashita. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos na ordem do dia, o Presidente deu por encerrada a sessão às 13h48min. Eu, Carlos Takita Mizukai, Oficial de Defensoria Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano de 2015.



Rafael Valle Vermaschi
Presidente



Bruno Diaz Napolitano
Segundo Subdefensor Público-Geral



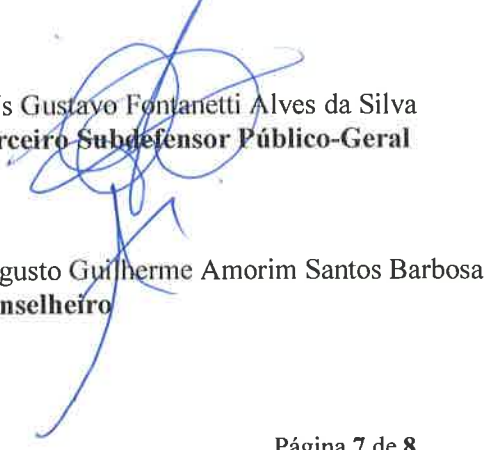
Alexandre Orsi Netto
Conselheiro



Carolina de Melo Teubl Gagliato
Representando a Corregedoria-Geral



Luís Gustavo Fontanetti Alves da Silva
Terceiro Subdefensor Público-Geral



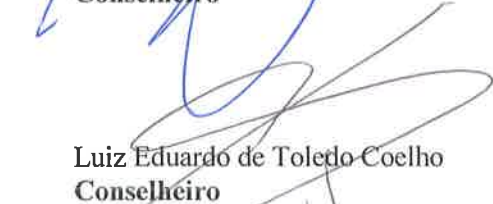
Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa
Conselheiro



Bruno Ricardo Miragaia Souza
Conselheiro




Horácio Xavier Franco Neto
Conselheiro



Luiz Eduardo de Toledo Coelho
Conselheiro



Pedro Antônio de Avellar
Conselheiro



Wagner Ribeiro de Oliveira
Conselheiro



Alderon Pereira da Costa
Ouvidor-Geral



Paulo Sérgio Guardia Filho
Representante da Apadep